

Países em desenvolvimento: liberalização do comércio, acordos regionais e financiamento externo

(Continuação *)

Alda Silvestre ¹

Secção 3 – Financiamento do desenvolvimento

Segundo estudos do Banco Mundial publicados em 1997, a poupança mundial, em percentagem do produto, baixou de 23%, em 1980, para 21%, em 1995, tendência não acompanhada pela evolução das taxas de juro reais, que registaram valores negativos após o primeiro choque petrolífero e evoluíram positivamente a partir do início dos anos 80.

A evolução da poupança não tem sido homogénea, verificando-se disparidades importantes a nível mundial, designadamente entre os países em desenvolvimento, como indicam os dois exemplos a seguir apresentados:

- num grupo de onze nações e regiões de diversos continentes, verificaram-se taxas de crescimento e de poupança elevadas ao longo das duas últimas décadas. Na China, um dos países deste grupo, a poupança média aumentou de 25%, em finais dos anos 60, para 40% na década de 90. As restantes dez economias de mercado deste grupo quebraram o ciclo de baixa poupança e duplicaram os valores da década de 60, atingindo uma taxa média de poupança de 32% no início da década de 90 ²;

* A primeira parte deste artigo foi publicada no Vol. II, n.º 1, 1997.

¹ Professora Associada da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). A problemática abordada neste artigo é apresentada, de forma mais desenvolvida, num livro a editar brevemente pela Caixa Geral de Depósitos, S. A..

² Neste grupo estão incluídos a China e dez outros países de economia de mercado (*take-off countries*): Hong Kong, Indonésia, Coreia, Malásia, Singapura, Taiwan e Tailândia, no Leste da Ásia; Botswana e ilha Maurícia, em África; e o Chile, na América Latina. Ver Schmidt-Hebbel, K., e Servén, L. (1996),

- as economias do antigo Bloco de Leste, designadas por países em transição, registaram taxas de poupança decrescentes desde meados da década de 70 e valores médios de 10% a partir de 1983.

Em termos regionais, os valores das taxas médias de poupança dos países em desenvolvimento apresentam também algumas disparidades, visíveis nos valores do quadro seguinte³.

Quadro 6: Poupança dos países em desenvolvimento, em percentagem do produto

Países em desenvolvimento, por região	1965-73	1984-93
Leste asiático e Pacífico (excepto a China)	18,3	27,6
<i>China</i>	25,3	36,8
Sul asiático	9,5	15,3
América Latina e Caraíbas	12,8	13,6
África Subsariana	10,5	6,4

Fonte: Schmidt-Hebbel, K., e Servén, L. (1996).

Ao longo do período de 1965 a 1993, as taxas de poupança, em percentagem do produto, aumentaram de forma substancial no Leste asiático, estagnaram na América Latina e diminuíram fortemente na generalidade dos países da África Subsariana. Relativamente aos países de África, estudos do Banco Mundial referem as limitações dos dados existentes e as consequentes dificuldades de estudo, o que não acontece com os restantes países em desenvolvimento.

Saving in the World: Puzzles and Policies, vol. I, Macroeconomics and Group Division, Policy Research Department, World Bank, Seminário do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) e do Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericanas (IRELA), Lisboa, 23 e 24 de Setembro de 1996.

³ Não são apresentadas as taxas médias registadas entre 1974-83, por terem valores muito distorcidos pelo efeito das duas crises petrolíferas, ocorridas nos anos 70, e dos acontecimentos de grande parte dos anos 80, designada de «década perdida» para o desenvolvimento.

Estudos do Banco Interamericano comparam o papel da poupança no desenvolvimento de países do Leste asiático e da América Latina ao longo dos últimos 25 anos e apontam tendências de grande interesse para a problemática do financiamento do desenvolvimento, de que se apresentam alguns exemplos:

- os valores médios da poupança, por país, na América Latina representam um terço dos verificados em seis economias asiáticas (Hong Kong, Indonésia, Coreia, Malásia, Singapura e Tailândia)⁴;
- o crescimento elevado do produto precedeu o acréscimo da poupança, e não o inverso, na medida em que somente após um período relativamente longo de crescimento elevado é que as taxas de poupança aumentaram;
- as políticas de estabilização e as reformas, destinadas a melhorar a eficiência da economia e o crescimento do produto, tenderam a reduzir as taxas de poupança durante um período relativamente longo, com os fluxos de capitais externos a aparecerem associados a decréscimos da poupança, tanto nos países latino-americanos como nos do Leste asiático.

Numa perspectiva de longo prazo, a ligação entre poupança e crescimento é estabelecida pelo investimento, financiado por recursos internos ou externos. No curto prazo, taxas de poupança baixas traduzem a escassez de recursos internos para financiar níveis de investimento aceitáveis. Por vezes, o recurso à poupança externa aumenta a exposição das economias à volatilidade dos fluxos de capitais internacionais. A crise do México conjugou baixos níveis de poupança e défices da balança de transacções correntes nos anos precedentes, confirmando a tese da

⁴ Nos últimos anos, as taxas de poupança da maior parte dos países latino-americanos baixaram ainda mais, levando cada país a optar entre taxas de investimento e de crescimento baixas ou a contratação de financiamentos externos. Ver Gavin, M., Hausman, R., Talvi, E. (1996), *Saving Behaviour in Latin America: Overview and Policy Issues*, Office of the Chief Economist, Inter-American Development Bank, Seminário do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) e Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericanas (IRELA), Lisboa, 23 e 24 de Setembro de 1996.

importância da poupança como factor de estabilidade económica e de crescimento. Assim sendo, põe-se a questão dos métodos a aplicar para aumentar a poupança num prazo mais longo.

Estudos econométricos sobre os determinantes da poupança sugerem que, a longo prazo, o comportamento desta aparece associado à taxa de crescimento e ao rendimento *per capita*, embora sem uma relação de causalidade, na medida em que taxas de poupança passadas não implicam necessariamente um crescimento futuro da actividade económica.

O facto de um acréscimo do crescimento preceder habitualmente um acréscimo das taxas de poupança indica, provavelmente, que a poupança deriva, em grande parte, do crescimento económico, para além de o financiar. Isto é, a longo prazo, o factor determinante da poupança é o crescimento do produto. A baixa prolongada da taxa de poupança na América Latina é mais consequência que causa de um crescimento económico baixo. O Chile ilustra esta tendência. A recuperação económica do país começou em 1984 e, entre 1974 e 1987, a taxa de poupança manteve-se nos 13%, com afluxo de capitais externos para o investimento, e, em finais dos anos 80, as taxas de poupança aumentaram para os níveis actuais de 25%. No México, a poupança baixou de 23%, em 1980-87, para 19%, em 1988-94, tendo aumentado o endividamento externo e a vulnerabilidade da economia ao comportamento instável dos capitais internacionais. As economias do Leste asiático ilustram o caso de subida da taxa de poupança após a aceleração do crescimento.

Face às constatações atrás indicadas, não é indiferente orientar as políticas para o crescimento do produto ou para o aumento da poupança, na medida em que a aplicação das primeiras pode deprimir temporariamente a poupança, mesmo por muitos anos, embora esta aumente num prazo mais longo. Tendo em conta que o acréscimo da poupança aparece como consequência do crescimento do produto, alguns técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento opinam que as orientações políticas deveriam dar prioridade à remoção dos obstáculos ao crescimento, através de políticas de melhoria da eficiência e de controle da

inflação, mesmo que estas provoquem um declínio temporário, ou mesmo prolongado, da poupança.

Geralmente, a estabilização e as reformas políticas geram um declínio da poupança a curto e médio prazo, cuja duração depende do intervalo de tempo entre a aplicação das medidas e a concretização do acréscimo do produto. Se o intervalo entre a recuperação do crescimento e o aumento da poupança for longo, as necessidades de financiamento são geralmente suportadas por capitais externos, e, durante esse período, a economia poderá ser mais vulnerável a choques externos e a súbitas perdas de confiança, efeitos eventualmente absorvidos pelo sistema financeiro interno.

Na década de 90, muitos países da América Latina aplicaram programas de estabilização, com uma boa parte de resultados positivos: no início da década, 10 dos 26 países desta região tinham taxas de inflação superiores a 40%, enquanto, em 1994/95, somente 4 de entre eles apresentaram valores dessa ordem. Entre as reformas aplicadas para melhorar a eficiência destas economias, destaca-se a do sistema financeiro, com a privatização da banca, a liberalização das taxas de juro, a eliminação dos limites ao crédito e a desregulação dos mercados. Estas medidas tendem a aumentar a confiança no sistema financeiro e a atrair mais investidores, nacionais e estrangeiros, fornecendo aos bancos recursos adicionais aplicáveis em investimento interno.

Em anos recentes, os fluxos externos de capitais privados, na América Latina e no Leste asiático, ascenderam a valores de 3 a 4% do produto, embora tenham sido utilizados de forma diferente: no Leste asiático, com excepção das Filipinas, a afectação recaiu sobretudo em investimentos privados, enquanto na América Latina, excepto no Chile, financiou acréscimos do consumo, não se verificando o aumento do investimento necessário ao crescimento do produto⁵.

⁵ Ver BRUNO, M. — *Comment. Volatile Capital Flows: Taming their Impact on Latin America*. Washington: Hausmann, R. & Rojas-Suárez, L., Johns Hopkins University Press for the Inter-American Development Bank, 1996.

O financiamento externo dos países em desenvolvimento engloba fundos de diversos tipos: financiamento multilateral, concedido pelo FMI, Banco Mundial e bancos regionais; ajuda bilateral; e capitais privados para investimento directo estrangeiro, crédito ao sector bancário, aquisição de acções e participações, subscrição de títulos de dívida e outros. Geralmente, o fluxo de capitais privados para um determinado país depende da situação da economia do país de acolhimento e das políticas aplicadas pelos governos locais, que determinam a classificação do risco económico do país e afectam a rentabilidade dos projectos e as expectativas dos investidores estrangeiros quanto à capacidade de satisfação do serviço da dívida e de exportação de dividendos⁶. No período de 1970 a 1996, os financiamentos multilaterais registaram valores importantes, assumindo um papel significativo durante a década de 80, quando se registou uma quebra na afluência de capitais privados para os países em desenvolvimento. Nos anos 80, as expectativas não incentivavam o investimento privado, o saldo do fluxo destes capitais foi negativo e, em alguns casos, o financiamento multilateral foi canalizado para pagamento do serviço da dívida privada.

A afectação menos eficiente dos recursos está na génese do endividamento actual de grande parte dos países em desenvolvimento, que remonta sobretudo à segunda metade da década de 70, quando a necessidade de reciclagem dos petro-dólares alterou de forma significativa o financiamento a estes países, através de crédito de médio prazo, concedido pelos bancos privados internacionais, em montantes muito superiores ao financiamento, a longo prazo, acordado pelas instituições multilaterais e bilaterais. O peso do endividamento, a stagflação e a flutuação dos preços internacionais das mercadorias contribuíram, em larga

⁶ Entre a segunda metade da década de 70 e 1982, a transferência de capitais privados para os países em desenvolvimento atingiu valores significativos, com grande concentração num número restrito de países, designadamente, a China, o México, a Indonésia, o Brasil e a Argentina. Ver RODRIK, D. — *Why is there multilateral lending?* International Macroeconomics and International Trade, Discussion Paper Series, n.º 1207. London: Centre for Economic Policy Research (CEPR), 1995.

medida, para a grande volatilidade económica e financeira do início da década de 80. Neste contexto, os países mais endividados, com défices orçamentais elevados e estratégias de industrialização de substituição de importações, viram-se confrontados com desequilíbrios internos graves, sobretudo quando o endividamento tenha sido canalizado para subsídios à importação de bens de consumo, financiamento de défices orçamentais ou enriquecimento da classe dirigente⁷.

O peso do endividamento dos países em desenvolvimento foi-se agravando e revelou-se um factor determinante com o colapso de alguns bancos privados internacionais, no seguimento da suspensão do serviço da dívida externa pelo México, em Agosto de 1982. Esta atitude das autoridades mexicanas suscitou o receio de outros países seguirem o exemplo, com perigo de ruptura para o sistema financeiro internacional, numa conjuntura pouco favorável de baixos níveis de crescimento do produto e do comércio mundiais, altas taxas de juro e baixa acentuada dos preços internacionais dos produtos primários.

Em meados da década de 80, foi internacionalmente reconhecido que o problema da dívida externa afectava a totalidade da comunidade internacional e exigia uma acção concertada dos diversos intervenientes — países em desenvolvimento, bancos credores internacionais e países desenvolvidos. Face à amplitude do problema, foram fomentadas iniciativas diversas de reescalonamento da dívida, sob a égide dos Estados Unidos e dos países da OCDE, tendo sido definida uma estratégia com várias vertentes. Para Thirlwall (1994), grande parte das dificuldades ocorridas nos últimos anos com o serviço da dívida de países em desenvolvimento deve-se, sobretudo, a alterações verificadas na economia mundial, que provocaram a recessão dos ganhos em moeda externa dos países em desenvolvimento, e não tanto a erros de cálculo das taxas de retorno dos investi-

⁷ Algumas estimativas apontam para o agravamento da dívida externa dos países em desenvolvimento em cerca de um terço durante o período de 1981-85, devido a factores como subida das taxas de juro nos países da OCDE, os défices da balança de pagamentos, por deterioração dos termos de troca, e a «fuga de capitais» para os países desenvolvidos.

mentos, má utilização dos fundos de investimento ou desvio dos financiamentos para despesas de consumo⁸.

Porém, o endividamento dos países em desenvolvimento não tem sempre o mesmo impacto em termos da estabilidade do sistema monetário internacional e da economia dos países devedores. O maior risco de instabilidade monetária advém dos países recentemente industrializados, designadamente da América Latina, com dívidas importantes junto de bancos internacionais privados. Nestes países, o serviço da dívida absorve verbas significativas do orçamento. Para acumular as divisas necessárias à satisfação de um serviço da dívida em progressão, torna-se necessário aumentar as receitas das exportações, aceitando baixar os preços e aumentar o volume dessas exportações, sob pena de o diferencial de recursos ser subtraído às verbas destinadas a importações.

Ao longo da última década, mais de 80 países, sobretudo do continente africano, foram beneficiados por processos de reescalonamento da dívida. Alguns países deste continente têm aplicado medidas de ajustamento e estabilização, com o objectivo de restabelecer a competitividade externa e melhorar o ambiente para o investimento, mas, apesar da evolução verificada, muitos deles continuam a registar níveis de rendimento *per capita* estagnados ou em declínio e pesados níveis de endividamento e de serviço da dívida. Esta situação só poderá vir a melhorar com o crescimento significativo do produto e a redução dos défices orçamentais, de modo a inflectir a evolução da dívida externa.

No quadro seguinte, figuram dados sobre a evolução da dívida externa e do serviço da dívida dos países em desenvolvimento entre 1989 e 1996 e projecções para os anos de 1997-98.

⁸ Ver Thirlwall, A. P. (1994), *Growth and Development, with Special Reference to Developing Economies*. 5th ed., London, Macmillan Press, chap. 14.

**Quadro 7 - Dívida externa e serviço da dívida dos países em desenvolvimento
(em bilhões de USD)**

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997 (1)	1998 (1)
Dívida externa	1 117,5	1 182,3	1 250,8	1 338,1	1 451,0	1 576,1	1 698,0	1 760,3	1 790,8	1 875,4
<i>por região</i>										
África	220,4	238,3	244,8	241,8	249,1	271,7	289,0	292,0	283,3	285,3
Ásia	293,7	332,6	365,8	404,2	450,1	501,5	543,3	574,0	585,0	623,4
América Latina e Caraíbas	418,0	437,3	459,1	500,2	543,7	586,2	641,6	670,4	699,4	741,9
Médio Oriente e Europa	185,3	174,0	181,1	191,9	208,1	216,7	224,0	223,9	223,1	224,8
Serviço da dívida	138,8	140,5	151,3	173,4	180,1	200,8	232,4	254,1	273,9	252,1
África	28,9	31,1	32,1	32,7	25,9	24,0	24,4	27,9	33,4	33,8
Ásia	35,9	36,2	39,2	47,7	52,6	58,6	70,4	75,8	80,7	85,0
América Latina e Caraíbas	53,3	53,5	61,0	70,4	77,7	86,7	105,4	121,7	132,6	104,6
Médio Oriente e Europa	20,8	19,7	19,0	22,6	24,0	31,5	32,1	28,7	27,2	28,8

Legenda: (1) Para os anos de 1997 e 1998, os valores indicados são estimativas do FMI.

Fonte: *World Economic Outlook, October 1997, International Monetary Fund.*

O endividamento global dos países em desenvolvimento tem apresentado um crescimento diferenciado ao longo da década de 90. Após taxas de crescimento da dívida externa da ordem dos 7% entre 1992 e 1995, em 1996, verificou-se uma redução da taxa de crescimento para 3,6%. Em 1997, ter-se-á registado um crescimento do endividamento destes países, prevendo-se a inversão da tendência em 1998, de acordo com as previsões do FMI, referidas no quadro anterior.

A evolução do peso da dívida externa dos países em desenvolvimento, em termos das respectivas receitas das exportações, apresenta um comportamento irregular durante o período entre 1989 e 1996, verificando-se uma diminuição no último ano deste período e nas previsões do FMI para 1997/98.

Em termos globais, o montante global da dívida externa aumentou ao longo do período em análise, embora tenha diminuído o peso da dívida em termos das receitas das exportações, devido à melhoria do crescimento do

produto nos países desenvolvidos e consequente acréscimo do comércio com os países em desenvolvimento, com grandes disparidades entre países dos diversos continentes.

**Quadro 8 — Dívida externa e serviço da dívida dos países em desenvolvimento
(em % das exportações de bens e serviços)**

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997 (1)	1998 (1)
Dívida externa (*)	197,1	178,6	187,5	182,9	190,0	181,0	165,3	155,6	147,2	143,2
<i>por região</i>										
África	248,7	230,7	245,3	238,4	254,0	272,2	250,8	231,1	212,2	202,9
Ásia	170,9	164,4	160,8	153,4	152,3	136,8	120,7	118,4	109,9	106,2
América Latina e Caraíbas	284,1	267,5	282,9	292,1	299,2	281,9	264,9	247,8	241,9	237,5
Médio Oriente e Europa	116,3	90,3	101,9	98,1	110,5	110,4	102,0	89,8	85,0	83,3
Serviço da dívida (*)	24,5	21,2	22,7	23,7	23,6	23,1	22,6	22,5	22,5	19,3
<i>por região</i>										
África	32,6	30,1	32,2	32,2	26,4	24,0	21,2	22,1	25,0	24,0
Ásia	20,9	17,9	17,3	18,1	17,8	16,0	15,7	15,6	15,2	14,5
América Latina e Caraíbas	36,2	32,7	37,5	41,1	42,8	41,7	43,5	45,0	45,9	33,5
Médio Oriente e Europa	13,0	10,2	10,7	11,5	12,7	16,0	14,6	11,5	10,4	10,7

Legenda: (*) Total da dívida no fim do ano, em percentagem das exportações do mesmo ano.

(1) Para os anos de 1997 e 1998, os valores indicados são estimativas do FMI.

Fonte: World Economic Outlook, October 1997, International Monetary Fund.

A análise dos valores da década de 90 mostra que os países em desenvolvimento mais endividados se situam na América Latina e em África. Globalmente, em 1996, a dívida externa dos países latino-americanos representou 247,8% das exportações respectivas, sendo este rácio de 231,1% para os países africanos e de 118,4% para os países asiáticos. Em termos de tendência, entre 1992 e 1996, registou-se uma ligeira melhoria no rácio serviço da dívida/receitas das exportações dos países africanos, embora as projecções do FMI apontem para uma deterioração da situação nos anos de 1997/98. Os países da América Latina têm registado um acréscimo do serviço da dívida em percentagem das expor-

tações, esperando-se uma melhoria deste rácio para 1998. Entre 1991 e 1996, verificou-se um abrandamento do rácio serviço da dívida/receitas das exportações nos países em desenvolvimento da Ásia, Médio Oriente e Europa, que tenderá a manter-se para 1997/98.

Ao contrário do que aconteceu na década de 70 e início dos anos 80, em que o financiamento era constituído, em grande parte, por capitais privados, sob a forma de empréstimos bancários, em meados da década de 90 verificou-se uma maior diversificação da aplicação dos fluxos de capitais privados. Entre os factores de atracção do investimento estrangeiro, contam-se a desregulação do sistema financeiro de muitos destes países, a liberalização da legislação interna relativa ao investimento estrangeiro, o crescimento do comércio intra-regional, baixos custos de produção atractivos para as empresas multinacionais e a aplicação de programas de privatizações.

A par do endividamento externo dos países em desenvolvimento, o colapso do sistema das economias de direcção central, em finais da década de 80 e início dos anos 90, veio fortalecer a convicção da importância do mercado na resolução dos problemas do desenvolvimento, mas deixou mais de 80 países em desenvolvimento sujeitos a mudanças radicais nas estruturas económicas e políticas internas e carenciados do apoio das instituições multilaterais⁹. Na maior parte destes países, o peso do endividamento constitui uma pesada herança para a presente década, que exige de muitos deles um esforço adicional no processo de adaptação aos mecanismos do mercado, no âmbito de programas de ajustamento.

Geralmente, os capitais privados acompanharam a ajuda bilateral, acordada por interesses políticos e estratégicos dos governos doadores, embora o afluxo destes capitais seja atraído por outros factores, ligados ao risco, à rentabilidade dos projectos e às expectativas de repatriação de dividendos.

⁹ Neste trabalho, é dado maior relevo aos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, não tendo sido abordado o caso dos países do antigo Bloco de Leste.

A racionalidade dos financiamentos das instituições multilaterais é diferente. Estas instituições fazem o acompanhamento periódico da situação económica e política de cada país-membro e o grande conhecimento da conjuntura nacional permite-lhes aconselhar os poderes públicos nacionais sobre os financiamentos mais ajustados e as medidas de ajustamento aconselháveis. Quando a condicionalidade for mais dura para o país beneficiário, a capacidade demonstrada pelas instituições multilaterais reforça a independência e autonomia destas, face aos países-membros e aos credores privados.

No entanto, os programas de estabilização não são isentos de críticas. Contêm um pacote de medidas idêntico para todos os casos, que não tem em conta as especificidades do país, factor agravado se este tiver pouca capacidade negocial ou for adiando a aplicação dos programas de estabilização, devido aos elevados custos sociais esperados. O êxito da coordenação das políticas pelas instituições multilaterais depende da fiabilidade do estudo prévio de avaliação da situação do país. O rigor da análise pode diferir, consoante a dimensão ou a posição geopolítica do beneficiário. Os países de pequena dimensão, ou com fraco potencial de crescimento, podem atingir níveis de endividamento extremos, se o apoio que recebem destas Instituições for a única possibilidade de financiamento externo, por não terem condições para suscitar o interesse de outras entidades financiadoras. A boa aceitação e a aplicação das recomendações sugeridas pelo FMI facilitam os contactos futuros e podem influenciar a qualidade técnica das missões de acompanhamento; inversamente, o desinteresse por parte do país-membro não favorece a qualidade da assistência prestada pelo Fundo, sobretudo se houver repetição de fracasso na aplicação das medidas aconselhadas.

Países com programas de ajustamento bem sucedidos — Chile, Costa Rica ou Argentina — conseguiram baixar o défice orçamental, através de programas de privatização das empresas públicas, redução das despesas e reestruturação da dívida. A redução do serviço da dívida teve efeito positivo sobre o défice da balança de pagamentos, coadjuvado pela diminuição da fuga de capitais e pela entrada de

novos recursos, à medida que a conjuntura foi estabilizando, no seguimento de reformas institucionais e do melhor funcionamento do sistema financeiro. Estas experiências bem sucedidas mostram que a transferência de recursos do exterior é proveitosa para o desenvolvimento dos beneficiários, se forem aplicadas políticas internas correctas e sustentáveis, susceptíveis de afectar positivamente os indicadores macroeconómicos e de fomentar o investimento em infra-estruturas básicas e na formação do capital humano. Medidas idênticas de ajustamento estrutural foram aplicadas por muitos países da África Subsaariana, com resultados diferenciados por país, embora com melhoria dos indicadores da globalidade desta região que congrega alguns países com extremas dificuldades de instabilidade institucional e política e de guerra civil. Entre os países com uma evolução recente mais sustentada contam-se o Gana, o Uganda, o Botswana, a Costa do Marfim, o Senegal e Cabo Verde.

De um modo geral, as experiências de ajustamento, de pouco sucesso, em países da África Subsaariana aparecem associadas a fortes desequilíbrios, com processos de ajustamento demorados e custos sociais pesados, que dificultam a aplicação das medidas necessárias pelos países envolvidos. Alguns destes confrontam-se com problemas graves, de difícil solução a médio prazo: rácio de endividamento externo/PIB elevado; fraca coesão política; reduzida iniciativa empresarial e fraca formação dos recursos humanos; desequilíbrio dos indicadores macroeconómicos (taxas de inflação de 2 e 3 dígitos, défices orçamentais e de pagamentos elevados, forte desemprego); problemas com os refugiados e a pobreza de uma proporção elevada da população. A agravar a situação, muitos países desta região têm acesso limitado aos mercados de capitais internacionais, o que os torna dependentes do financiamento multilateral e da ajuda bilateral.

Em síntese, pode afirmar-se que a função primordial das instituições multilaterais reside no estudo, definição e coordenação das políticas associadas ao financiamento aplicadas no país beneficiário, por forma a dar um sinal positivo aos agentes privados e influir de forma favorável nas expectativas de outros financiadores. No entanto, são diversos os motivos que podem prejudicar a quali-

dade dos resultados obtidos. Os programas indicam frequentemente o mesmo tipo de medidas restritivas, que raramente têm em conta as especificidades do país beneficiário e, em última instância, podem ter sido definidas a partir de estudos não isentos de erros de avaliação. O país beneficiário pode não dispor da melhor capacidade de negociação e, conhecendo os custos sociais e de abrandamento da actividade económica resultantes da aplicação dos programas, tende a adiar a sua aplicação, tornando cada vez mais difícil a resolução dos desequilíbrios de partida.

No futuro próximo, é provável que o Banco Mundial e os bancos regionais continuem a contribuir bastante para o investimento e para outras actividades ligadas ao desenvolvimento dos países mais pobres, sendo estes financiamentos acompanhados de medidas de condicionalidade de reforma das políticas e das instituições, de preferência com formação de técnicos capazes de as aplicar. As instituições multilaterais, em conjugação com intermediários financeiros locais, tenderão a apoiar também projectos de dimensão mais reduzida, integrados em programas sectoriais de infra-estruturas, de combate à pobreza, de apoio à iniciativa privada e às reformas no sistema financeiro, entre outros. Os resultados esperados para os países em desenvolvimento irão depender, em larga medida, das medidas aplicadas pelas entidades nacionais no sentido do melhor aproveitamento das oportunidades disponíveis e da afectação ajustada dos recursos.

Bibliografia

- ARDITO-BARLETTA, N. — *Managing Development and Transition*. Managing the World Economy, Fifty Years after Bretton Woods. Washington, D. C.: Kenen, P. B., Institute for International Economics, 1994.
- BENAROYA, F. — *Que Penser des Accords de Commerce Régionaux?* *Economie Internationale*, n.º 63 (1995), 3^{ème} trimestre, p. 99-115.
- BRUNO, M. — *Comment. Volatile Capital Flows: Taming their Impact on Latin America*. Washington: Hausmann, R. & Rojas-Suárez, L., Johns Hopkins University Press for the Inter-American Development Bank, 1996.
- EL-AGRAA, Ali M. — *International Economic Integration*. London: Macmillan Press, 1982.

- EVANS, P.; WALSH, J. — *The EIU Guide to the New GATT, Research Report*. United Kingdom: The Economist Intelligence Unit, 1994.
- FRANKEL, J.; STEIN, E.; WEI, S.-J. — *Trading blocs and the Americas: The natural, the unnatural, and the super-natural*. Journal of Economic Developments. Vol. 47 (1995), p. 61-95.
- HOPKINSON, N. — *Completing the GATT Uruguay Round: Renewed Multilateralism or a World of Regional Trading Blocs?* Biblioflash. No. 58 (1993), 30 p.
- KEMP, M. & WAN, H. — *An Elementary Proposition Concerning the Formation of Customs Unions*. International Economic Review, 1976, p. 95-97.
- KENEN, P. B. — *Managing the World Economy Fifty Years After Bretton Woods*. Washington: Institute for International Economics, 1994.
- KRUGMAN, P. — *Does the new trade theory require a new trade policy?* The World Economy, July 1992.
- MEIER, G. — *Leading Issues in Economic Development*. 6th ed. New York: Oxford University Press, 1995.
- MOLS, M. (1982) — *The Integration Agenda: A Framework for Comparison*. The Challenge of Integration, Europe and the Americas, ed. Peter H. Smith, North South Center of the University of Miami, Transaction Publishers.
- RODRIK, D. — *Why is there multilateral lending?* International Macroeconomics and International Trade, Discussion Paper Series, No. 1207. London: Centre for Economic Policy Research (CEPR), 1995.
- SCHMIDT-HEBBEL, K.; SERVÉN, L. — *Saving in the World: Puzzles and Policies*. Vol. I: Macroeconomics and Group Division, Policy Research Department, World Bank, Seminário do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) e do Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericanas (IRELA), Lisboa, 23 e 24 de Setembro de 1996.
- SMITH, P. H. — *The Challenge of Integration, Europe and the Americas*. North-South Center, University of Miami: Transaction Publishers, 1993.
- THIRLWALL, A. P. — *Growth and Development, with special reference to Developing Economies*. 5th ed. London: Macmillan Press, 1994.
- TUSSIE, D.; GLOVER, D. — *The Developing Countries in World Trade, Policies and Bargaining Strategies*. Ottawa: Lynne Rienner Publishers, 1993.
- VAN KLAVEREN, A. — *Why Integration Now? Options for Latin America*. The Challenge of Integration, Europe and the Americas, ed. Peter H. Smith, North South Center of the University of Miami. Miami: Transaction Publishers, 1993.
- VINER, J. — *The Customs Union Issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.
- WHITING, Jr. — *The Dynamics of Regionalization: Road Map to an Open Future*. The Challenge of Integration, Europe and the Americas, ed. Peter H. Smith, North South Center of the University of Miami, Transaction Publishers, 1993.
- WILLIAMSON, J. — *Latin America Adjustment: How much has happened?* Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.

Outras Publicações e Relatórios

Fundo Monetário Internacional: *World Economic Outlook*, vários números.

GATT: *Accord Général sur les Tarifs Douaniers et le Commerce, Instruments de Base et Documents Divers*, Volume IV, Texte de l'Accord Général. Genève: Secrétariat du GATT, 1969.

Analyse du Projet d'Accord de l'Uruguay Round, notamment en ce qui concerne les aspects qui présentent de l'intérêt pour les Pays en développement. Genève: Comité des négociations commerciales, Groupe de négociation sur les marchandises (GATT), 1993.

Résultats des négociations commerciales multilatérales du cycle d'Uruguay, aperçu des résultats. Genève: Secrétariat du GATT, 1994.

Uruguay Round, Acto final. Marraquexe: Comité das Negociações Comerciais, 15 de Abril de 1994.

Organização das Nações Unidas:

Rapport du Conseil du Commerce et du Développement sur la première partie de sa quarante et unième session, Conférence des Nations Unies sur le Commerce et le Développement, Vol. II, Résumé des débats, Genève, du 19 au 30 septembre 1994.

Relatório do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Lisboa: Tricontinental Editora, vários anos.

Trade and Development Report, 1995. United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD/TDR/15. New York and Geneva: United Nations Publication, 1995.

Organização Mundial do Comércio:

Le Commerce International, Tendances et Statistiques, août 1995.